



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
10/12/2018
As 15:08 Horas
Ass.:

**COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM
ESTAR SOCIAL**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2018

VEREADOR RELATOR: GILMAR PESSUTTO (PSDB)
VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL

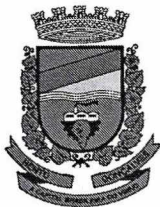
**VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO
DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:**

VEREADOR AGOSTINHO PETROLI (MDB): Seguiu o voto do Relator
VEREADOR SIDINEI DA SILVA (PPS): Seguiu o voto do Relator
VEREADOR VOLNEI CHRISTOFOLI (PP) : Seguiu o voto do Relator

Com 4 (quatro) votos Favoráveis à tramitação, o Projeto de Lei Complementar 14/2018 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem Estar Social.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove.

Vereador **PAULO ROBERTO CAVALLI (PTB)**
Presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem Estar Social



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

À COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL
VOTO DO RELATOR

PROCESSO: 212/2018

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: 14/2018

VEREADOR RELATOR: GILMAR PESSUTTO (PSDB)

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 14 DE NOVEMBRO DE 2018

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL - MANDATO 2017/2020

EMENTA: “ALTERA OS ARTS. Nº 160, 163, 164 E 165 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2004.”

O Vereador GILMAR PESSUTTO (PSDB) e Relator do Projeto de Lei Complementar número 14/2018, após proceder a análise da proposição acima referida, que “ALTERA OS ARTS. Nº 160, 163, 164 E 165 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2004.”, exara o seguinte Voto:

O projeto visa modificar os artigos 160, 163, 164 e 165, da Lei Complementar nº 75/2004, com o objetivo de dar agilidade aos processos administrativos de sindicância, tendo estas alterações com o finalidade de adequar a legislação municipal aos ditames utilizados noutros Municípios, bem como, sendo também, orientação da Consultoria DPM.

Ainda, o dispositivo inicialmente trata das Sindicâncias Investigativas, nas quais se possui informações sobre a autoria da irregularidade funcional, sendo o procedimento capitaneado por Sindicante ou por Comissão de Sindicância. Também, a alteração inclui a Sindicância Disciplinar, quando conhecida a autoria da irregularidade funcional, além de aplicável estritamente nos casos de advertência e/ou suspensão. Esta última, a Sindicância Disciplinar composta por três servidores que compõe a Comissão de Sindicância, a qual garantirá ao servidor requerido, o direito ao contraditório e a ampla defesa, assegurada pela Constituição Federal.

O projeto apresenta os requisitos necessários, sendo o voto deste relator **FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos nove dias do mês de Dezembro de dois mil e dezenove.

Vereador **Gilmar Pessutto (PSDB)**

Relator do Projeto de Lei Complementar nº 14/2018